Caderno de Formação

Formação de Professores

Orientações para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso

UNIVESP

unesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CADA VEZ MELHOR

São Paulo
CULTURA ACADÊMICA
Editora
2011

© 2011, BY UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Rua Quirino de Andrade, 215 - CEP 01049-010 - São Paulo - SP
Tel.(11) 5627-0245
www.unesp.br

UNIVESP - UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Rua Bela Cintra, 847 - Consolação
CEP: 01014-000 - São Paulo SP
Tel. (11) 3218 5784

PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Lili Lungarezi
NEaD - Núcleo de Educação a Distância

Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação
U58c Caderno de formação - orientações de elaboração do trabalho de conclusão de curso / Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
62 p. ; 28 cm. – (Curso de Pedagogia)

ISBN 978-85-7983-168-3

ISBN 978-85-7983-168-3
9 788579 831683

1. Trabalho de conclusão de curso. 2. Monografia. 3. Normas acadêmicas. 4. Formação de professores. I. Autor. II. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Governador
Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretário
Paulo Alexandre Barbosa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor Afastado
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor no Exercício da Reitoria
Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete
Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação
Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação
Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa
Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária
Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração
Ricardo Samih Georges Abi Rached

Secretária Geral
Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP - Diretor Presidente
Luiz Antonio Vane

CULTURA ACADÊMICA Editora

Cultura Acadêmica Editora
Praça da Sé, 108 - Centro
CEP: 01001-900 - São Paulo-SP
Telefone: (11) 3242-7171

Pedagogia Unesp/Univesp

Sheila Zambello de Pinho
Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Edson do Carmo Inforsato
Coordenador Pedagógico

Klaus Schlünzen Junior
Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado
Coordenadora de Capacitação

CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA
Edson do Carmo Inforsato
Presidente

Celestino Alves da Silva Júnior
Célia Maria Guimarães
Gustavo Isaac Killner
João Cardoso Palma Filho
Rosângela de Fátima Corrêa Fileni
Tereza Maria Malatian

SECRETARIA
Roseli Aparecida da Silva Bortoloto

NEaD - Núcleo de Educação a Distância / UNESP

Klaus Schlünzen Junior
Coordenador Geral

TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA
Pierre Archag Iskenderian
Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira
Guilherme de Andrade Lemeszenski
Marcos Roberto Greiner
Pedro Cássio Bissetti
Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

PRODUÇÃO, VEICULAÇÃO E GESTÃO DE MATERIAL
Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira
Elisandra André Maranhe
Liliam Lungarezi de Oliveira
Márcia Debieux de Oliveira Lima
Pamela Gouveia
Valter Rodrigues da Silva

ADMINISTRAÇÃO
Sueli Maiellaro Fernandes
Jessica Papp
João Menezes Mussolini
Suellen Araújo

Prezados Alunos

Há quase um ano e meio dávamos início ao Curso de Pedagogia na modalidade a distância, com dois encontros presenciais, semanalmente.

Experiência única e ousada. Porém, oportunizou a todos nós ampliarmos os horizontes no que diz respeito à formação de professores fazendo com que a Universidade Pública cumpra com seu compromisso social e político.

A Pró-reitoria de graduação vem se empenhando no sentido de oferecer uma gama de cursos dentro de uma política de expansão de vagas que cabe à Universidade Pública.

Particularmente sobre este curso, finalizamos o Bloco 1, cujo foco foi o de possibilitar uma formação geral aos cursistas, com disciplinas distribuídas entre temas que vão da Introdução à Educação, à Educação Infantil, passando por Fundamentos da Educação. Permeando os 3 (três) módulos o Eixo Articulador contemplou uma discussão sobre memória do Professor. Foram totalizadas 1050 horas de estudos.

Estamos iniciando uma nova etapa do curso. O Bloco 2 contemplará a Didática dos Conteúdos, perfazendo 1440 horas. Serão abordados os conteúdos das áreas específicas do conhecimento para o ensino fundamental. O Eixo Articulador do Bloco sobre Educação Inclusiva e Especial perpassará todos os componentes, integrando a LIBRAS.

A grade curricular visou atender as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, bem como as exigências do MEC no que diz respeito à Educação a Distância.

Temos a certeza de que os cadernos, resultado do trabalho dedicado de seus autores, vem contribuindo, um a um, para uma formação sólida dos profissionais da educação.

Aos poucos vamos incorporando ao curso atividades para ajudar e complementar na interlocução autores/cursistas. Estamos nos referindo às videoconferências de abertura e de encerramento de cada disciplina. Esse recurso possibilitou também estabelecer um "canal aberto" no Portal para interação entre alunos e professores dando continuidade ao esclarecimento de eventuais dúvidas em relação ao conteúdo.

Assim, ao iniciarmos esta nova etapa, queremos desejar a todos a continuidade de um bom trabalho.

Sheila Zambello de Pinho

Carta ao Aluno

Mensagem da coordenação

Todo o programa de estudos se desenvolve sobre um currículo. Embora árido no termo em si, ele significa, em uma acepção fértil, o conjunto de experiências ordenadas pelas quais deve passar o aprendiz ao longo do curso que, se transcorrer como o esperado, lhe possibilitará o domínio de conhecimentos necessários para o exercício de atividades importantes na sociedade. Necessários mas não suficientes, uma vez que uma formação nunca se completa porque ela é realizada pela e para a sociedade humana que, como a natureza, é dinâmica e desafiadora.

Este curso de Pedagogia Unesp/Univesp foi planejado de forma a ter um currículo que possibilitasse aos alunos passarem por experiências as mais diversas e necessárias para que se certificassem como pedagogos hábeis e versáteis e, principalmente, valorosos em humanidade. O caderno de cada disciplina é parte substancial deste currículo. Para a sua elaboração fizemos questão de contar com autores devidamente qualificados, reconhecidos nas suas áreas de atuação e com uma equipe de profissionais que cuidasse com esmero da parte técnica dele. Nossa avaliação até aqui, baseada em dados concretos extraídos de vários segmentos da área pedagógica, é a de que temos conseguido obter um material , em termos de conteúdo formativo e de apresentação gráfica, de boa qualidade, compatível com a excelência almejada por nossa instituição, a Unesp. Nem por isso temos nos acomodado, pois a cada edição de novo caderno tentamos melhorar em aspectos que nos são sugeridos por essas próprias avaliações.

Assim como as demais partes do nosso currículo apenas serão cumpridas se houver a correspondência de todos os que o fazem acontecer na prática, alunos e professores, estes cadernos também só terão efetividade curricular se todos os completarem com seus empenhos referenciados no compromisso com a sua própria formação.

Nem sempre o esperado é cumprido, mas acreditamos que mesmo para o inesperado há, como disse o poeta, imensos caminhos.

Klaus Schlünzen Junior

Edson do Carmo Inforsato

Sumário

Orientações para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso

O Projeto de Pesquisa 11
Lourdes Marcelino Machado
Sebastião de Souza Lemes

Aplicação das normas de documentação na elaboração do trabalho monográfico 39
Milena Polsinelli Rubi
Vera Regina Casari Boccato

Apêndice I - Bibliografia Básica 63
Lourdes Marcelino Machado

Orientações para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso: O Projeto de Pesquisa

Professores autores:

Lourdes Marcelino Machado

- Mestre e Doutora em Educação, livre docente em Administração Escolar, professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Educação da Unesp - Campus de Marilia e editora responsável da M3T Tecnologia e Educação. Atua no projeto Unesp/Univesp como orientadora da turma do Polo Sorocaba e como coordenadora de capacitação dos orientadores.

Sebastião de Souza Lemes

- Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (1990) e doutorado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (1998). É professor no departamento de Ciências da Educação na FCL UNESP, Câmpus de Araraquara e atua nas áreas de avaliação educacional, teoria de currículo e tecnologia educacional.

Orientações para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso: O Projeto de Pesquisa

Lourdes Marcelino Machado
Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp / Marília
Núcleo de Educação a Distância – Unesp / São Paulo

Sebastião Souza Lemes
Faculdade de Ciências e Letras -UNESP / Araraquara
Núcleo de Educação a Distância – Unesp / São Paulo

Introdução

Este texto tem a finalidade de subsidiar e orientar as atividades dos alunos do Curso de Pedagogia semipresencial para professores em exercício ao elaborarem seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

A obrigatoriedade ou não da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é definida pelas Diretrizes de cada curso. Cabe à Instituição de Ensino baixar as normas e os procedimentos e dar conhecimento ao aluno. A Resolução Unesp Nº. 78, de 15 de Dezembro de 2009, que determina a estrutura curricular do Curso de Pedagogia – Programa de Formação de Professores em Exercício no Estado de São Paulo, para a Educação Infantil, para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão de Unidade Escolar, modalidade a distância, ministrado pela UNESP em convênio com a UNIVESP, estabelece, em seu artigo 1º, § único, que, do total de 3.480 horas de duração do curso, 210 (duzentas e dez) horas referem-se ao Trabalho de Conclusão de Curso. A mesma norma encontra-se nas Diretrizes Operacionais do Curso.

Em relação à avaliação, a Resolução Unesp Nº. 78, de 15 de Dezembro de 2009, em seu Artigo 6º, inciso II, § único, define que, embora se deva obediência ao critério da nota mínima de 7 (numa escala de zero a dez) como referência para aprovação, em relação ao TCC, não haverá nota no histórico escolar, mas apenas a menção “aprovado” ou “reprovado”.

A principal característica do TCC é ser um texto de natureza monográfica, isto é, trata de um tema específico, o que requer do aluno muito cuidado na hora de escolher o tema de sua monografia.

Preliminarmente, cabe indicar que, neste Curso de Pedagogia, considerando o perfil dos alunos, o TCC poderá assumir diversas feições, isto é, há possibilidade de os alunos realizarem trabalhos de tipo diverso, tais como:

- Ensaio – Estudo de natureza teórica, fundamentado em cuidadosa revisão bibliográfica acerca de um tema.
- Relato de Experiência – Trabalho aliado à memória profissional, fundamentado em reflexão teórica que realize uma releitura de atos, fatos ou situações vivenciadas. Neste tipo de trabalho, não basta a descrição da experiência é preciso a sua interpretação e análise crítico-reflexiva.
- Relato de Pesquisa – Relatório de estudo realizado, incluindo trabalho de campo de natureza empírica, com necessária coleta de dados, sua sistematização e interpretação.

O TCC tem caráter de trabalho individual. Independente da natureza do trabalho escolhida pelo aluno, a elaboração de um Projeto de Pesquisa é indispensável. É importante também explicitar, desde este início, que devido à natureza do Curso e de seu Projeto Pedagógico, os temas não devem versar sobre os conteúdos do ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (conteúdos específicos).

Podem ser Orientadores do TCC:

- Prioritariamente, os Orientadores de Turma.
- Em situação justificável, na qualidade de voluntários, o docente da Unesp, portador do título de Doutor ou os que obtiverem anuência do Conselho de Curso.
- Situações excepcionais serão apreciadas pelo Conselho de Curso.

Não haverá remuneração específica para os Orientadores voluntários, mas será fornecida declaração de participação para fins de Curriculum Vitae.

Quanto aos prazos, serão obedecidos os seguintes:

- Definição de Orientadores: .....até 15/06/2011.
- Submissão do Projeto ao Orientador:.....até 28/11/2011.
- Submissão da redação preliminar da monografia:.....até 06/02/2013.

- Entrega da versão final:.....até 27/05/2013.
- Avaliação: .....até 22/07/2013.

Respeitado o disposto na Res. UNESP nº 78/2009, o TCC será avaliado por pelo menos dois docentes, sendo um deles obrigatoriamente o Orientador.

Finalmente, cumpre assinalar que se procurou neste texto utilizar linguagem direta e clara sobre os aspectos que complementam e retomam as orientações contidas no Caderno da disciplina "Introdução à Pesquisa Científica em Educação".

O texto está organizado em seis tópicos principais:

1º Considerações sobre a natureza do trabalho científico.

2º Breve retrospectiva sobre a pesquisa educacional no Brasil.

3º Introdução às abordagens qualitativas.

4º Seleção e constituição de objetos de estudo.

5º Construção do Projeto de TCC.

6º Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os seis primeiros tópicos foram elaborados pelos professores Lourdes Marcelino Machado e Sebastião Souza Lemes, o sexto tópico é de autoria das doutoras Milena Polsinelli Rubi e Vera Regina Casari Boccato.

1 Considerações sobre a natureza do trabalho científico

Inicialmente, teceremos algumas considerações sobre a natureza do trabalho científico, de forma muito simples e básica, pois tratar de trabalho científico é também discorrer sobre o fazer-ciência, como uma atividade essencialmente humana, porque:

Somente o homem é capaz de:

- Criar e transformar o conhecimento.
- Aplicar o conhecimento criado em situações novas.
- Criar um sistema de códigos, símbolos ou linguagens.
- Com os sistemas criados, registrar as próprias experiências.
- Transmitir suas experiências a outras pessoas.

Se somente o homem é capaz de fazer ciência, qual deve ser a natureza do trabalho científico gerador de conhecimento?

As características principais do conhecimento científico são:

- Obtido mediante procedimento metódico, racional e objetivo.
- Atém-se aos fatos, mas os transcende.
- Comunicável e verificável.
- Analítico, requer precisão, exatidão e clareza.
- Explicativo e possibilita generalizações.

A respeito da primeira característica – procedimento metódico, racional e objetivo –, é importante ter clareza sobre alguns conceitos básicos:

Método:

Sucintamente, é o caminho para se atingir um fim, ou seja "como" atingir os objetivos. Podemos considerar três métodos básicos: dedutivo, indutivo e hipotético-dedutivo. Esses três métodos básicos surgem nas ciências exatas e nas ciências humanas, respeitada a natureza do conhecimento próprio da área, esses métodos assumem diferentes abordagens e modalidades.

Abordagem:

Podemos considerar, nas ciências humanas, duas abordagens básicas: as quantitativas e as qualitativas. Estas duas abordagens não são excludentes, mas podem aparecer de modo complementar em uma pesquisa.

Modalidades:

Na área de educação, as abordagens qualitativas são as mais utilizadas, apresentando-se sob diferentes modalidades: pesquisa histórica, estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica etc.

Técnicas:

De modo geral, podemos pensar em técnicas de coleta de dados e técnicas de análise dos dados.

Para a de coleta de dados, por exemplo, são usados como técnicas: o questionário, a entrevista, a observação e o levantamento documental.

Para a análise dos dados, por exemplo, são usadas as seguintes técnicas: análise documental, temática, do discurso, categorial, entre outras.

Atividades:

São as diferentes tarefas em que se desdobram cada uma das modalidades e técnicas, por exemplo: elaboração de instrumentos, classificação dos dados, definição de amostra e de sujeitos, transcrição de entrevistas, tabulação de dados, sistematização etc.

Ainda sobre o "fazer científico", mais alguns pontos precisam ser esclarecidos: a pesquisa científica não é privilégio das cabeças geniais; o trabalho científico gerador de conhecimento é diferente do que se entende comumente como pesquisa escolar, a pesquisa científica é atividade de investigação capaz de oferecer um conhecimento novo.

Uma pesquisa implica:

- A existência de uma pergunta que se deseja responder.
- A elaboração e descrição de um conjunto de passos que permitam obter a informação necessária para respondê-la.
- A indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida.

O conhecimento científico é objetivo? É possível, principalmente nas ciências humanas, a produção de um conhecimento objetivo, sem as marcas próprias do pesquisador? Se existir subjetividade, o conhecimento será verdadeiro?

Quando falamos de objetividade e subjetividade, buscamos destacar a importância de quem pesquisa na produção de um conhecimento, pois entendemos que o sujeito pesquisador é um sujeito histórico, influenciado pelas suas circunstâncias pessoais, pelas circunstâncias de seu aqui e agora.

O conhecimento é produto de relações sociais peculiares historicamente construídas, ou seja, o conhecimento é produzido por sujeitos concretos que vivem em sociedades concretas, em um determinado contexto histórico, social e cultural, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. Trata-se de um processo dinâmico, sempre em movimento, inacabado, constituindo um *continuum* em que avanços e retrocessos são determinados e determinantes nas e das condições históricas e culturais em que as ciências são construídas. Essa ca-

racterística intitula-se **historicidade.** Além dessa característica, nossos estudos devem ser contextualizados. **Contextualização** é o ato de colocar no contexto – situar algo ou alguém –, em um lugar no tempo e no espaço. Significa revelar tudo aquilo que, a princípio, pode parecer óbvio ao olhar do escritor ou pesquisador, mas não na percepção de quem possa vir a ler seu trabalho. Ao contextualizar nossos estudos, tentamos colocá-los em sintonia com o tempo e com o conjunto de conhecimentos já produzidos sobre o tema em pauta.

2 Breve retrospectiva sobre a pesquisa educacional no Brasil

Ao fazermos uma breve retrospectiva sobre a evolução da pesquisa educacional no Brasil, não podemos deixar de fazer referência à criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), em 1938.

Nessa retrospectiva, vamos verificar que muitos temas estão presentes no pensamento educacional há tempos. Alguns recebem muita atenção em uma dada época, são quase esquecidos em outra, retornam ao cenário nacional em um novo período.

Na década de 1940, estavam em alta os estudos de natureza psicopedagógica, como os processos de ensino e os instrumentos de avaliação da aprendizagem. Investigava-se, então: a linguagem infantil; o vocabulário corrente em livros infantis e juvenis; as habilidades verbais; a padronização de testes para avaliação de nível mental; aplicação experimental de provas objetivas etc.

Já na década de 1950 e meados dos anos 1960, a atenção voltou-se para os estudos de natureza sociológica. Com o objetivo de conhecer a realidade nacional, os temas principais eram as condições culturais e escolares, as tendências de cada região e da sociedade brasileira como um todo.

Dos meados de 1960 a 1970, predominam os estudos de natureza econômica que abordavam temas como: educação como investimento; os custos da educação; a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis etc.

Após 1970, reaparecem os estudos psicopedagógicos, mas com ênfase no estudo de currículos; programas; estratégias de ensino e avaliação.

Nas duas últimas décadas do Século XX, a atenção dos pesquisadores de educação volta-se para os temas de política educacional e das articulações entre educação e sociedade.

Uma das grandes pesquisadoras brasileiras, pioneira na área, Aparecida Joly Gouveia, em publicação de 1970, classifica como pesquisa educacional:

2.1 A situação escolar ou algum de seus aspectos: aprendizagem, métodos de ensino, material didático, alunos professores etc.

2.2 O sistema escolar: o conjunto dos diferentes níveis e tipos de escola, cadeias de comando na administração da educação, os mecanismos de controle etc.

2.3 As relações entre a escola (ou sistema escolar) e o sistema social mais amplo, em seu conjunto ou em algum de seus aspectos.

Faz-se necessário ressaltar as possibilidades de influência da pesquisa na formulação da política educacional em suas linhas mais amplas e sobre o processo educacional propriamente dito, sobre o que acontece em sala de aula.

3 Introdução às abordagens qualitativas.

Alves (1991) indica três características dos estudos qualitativos: a visão holística, uma abordagem indutiva e a investigação naturalista.

- **Visão holística** – o significado de uma dada realidade só pode ser bem compreendido se apreendermos as inter-relações de seu contexto.
- **Abordagem indutiva** – o pesquisador deve ir à realidade, ao campo, "desarmado" para que as categorias de análise e interpretação surjam progressivamente ao longo do processo de pesquisa.
- **Investigação naturalista** – o pesquisador não deve interferir na realidade em estudo.

Nos estudos de natureza qualitativa valoriza-se a imersão do pesquisador no contexto estudado. Segundo Alves (1991, p. 55-56), "[...] para os adeptos da pesquisa qualitativa "conhecedor e conhecido estão sempre em interação e a influência dos valores é inerente ao processo de investigação [...]".

A definição, a priori, de um quadro teórico que fundamente e dê suporte à leitura dos dados de uma pesquisa não é ponto consensual entre pesquisadores da vertente qualitativa. Alguns autores defendem um maior grau de estruturação ao se projetar uma pesquisa, em contraponto, Alves (1991, p. 55-56) apresenta os argumentos a favor de uma menor estruturação:

- [...] a realidade é múltipla, socialmente construída e, portanto, o foco e o design devem emergir, por indução, do conhecimento do contexto e das múltiplas realidades;

- dada a natureza ideográfica e holística dos fenômenos sociais, nenhuma teoria selecionada a priori é capaz de dar conta dessa realidade em sua especificidade e globalidade;
- a focalização prematura do problema e a adoção de um quadro teórico a priori turvam a visão do pesquisador, levando-o a desconsiderar aspectos importantes que não se encaixem na teoria, bem como à interpretação enviesada dos fenômenos estudados.

4 A seleção e constituição de objetos de estudo

Conforme já se referiu na apresentação deste texto, é necessário que na seleção dos objetos de estudo sejam considerados o perfil do profissional a ser formado, os objetivos do curso e a estrutura pedagógica do mesmo. Tais aspectos devem ser observados pelo orientador no desenvolvimento do trabalho, independente da temática e do tipo de trabalho que o aluno irá desenvolver. Também é importante analisar a possibilidade de aproveitamento dos eixos articuladores propostos. De modo geral e sob o ponto de vista prático, a leitura do projeto do curso poderia induzir algumas temáticas para o desenvolvimento de trabalhos vinculados:

- à formação geral – **introdução à educação e fundamentos da educação:** estudo de legislação; questões que articulam educação e sociedade; questões éticas etc.;
- à formação geral – **educação infantil (princípios e fundamentos)**;
- **à didática dos conteúdos** da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
- **à gestão escolar**;
- ao eixo articulador **memória do professor**;
- ao eixo articulador **educação inclusiva e especial**.

Com o objetivo de auxiliar o aluno a definir e refinar o tema de seu TCC, arrolamos abaixo algumas possibilidades de estudo, com fundamento em pesquisas realizadas na área de educação.

4.1 A escola como objeto de estudo

O estudo das questões educacionais, segundo alguns autores, pode deter-se em três níveis diferentes: macro, micro e meso.

- Macro: Relação sistema educativo e sistema social.
- Micro: Relação individual.
- Meso: Estabelecimento de ensino.

Segundo Canário (1996, p. 131), a partir dos anos 1980, o quadro sistêmico de análise, ao ser transposto do nível macro para o nível empírico meso, permitiu um olhar, até então, diferente sobre o estabelecimento de ensino.

Como objeto sociológico, a escola deveria ser conceituada como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados, o que permitiria excluir duas visões redutoras:

- a escola encarada como um agregado biológico;
- a escola reduzida à sua dimensão e às suas fronteiras físicas.

A distinção entre a escola como objeto social e a escola como objeto de investigação reside no fato de que é a súbita e possível visibilidade social da escola que desperta maior atenção dos investigadores. Estes, ao aplicarem sobre ela as lentes teórico-metodológicas, possibilitam sua transformação em objeto de estudo. Em síntese, nos estudos sobre a escola, sob o ponto de vista epistemológico, as perguntas e o olhar têm prioridade sobre as respostas.

Para Canário (1996), a questão central que permite marcar a fronteira e explicar a especificidade das investigações, as quais fazem da escola um objeto de estudo, consiste em se encarar o estabelecimento de ensino como uma totalidade.

Existem duas grandes correntes que balizam o campo das investigações que têm a Escola como objeto de estudo:

- A primeira reúne os trabalhos de pesquisa que se constroem a partir da exploração do conceito de eficácia dos estabelecimentos de ensino.
- A segunda diz respeito ao conjunto de estudos que remetem para a elucidação dos processos de construção da identidade dos estabelecimentos de ensino.

As opções metodológicas e as técnicas de recuperação, reunião e tratamento de informações fazem parte do processo de construção do objeto de estudo. Nesse sentido, "[...] é no quadro de cada processo de investigação, que se coloca o problema de aferir da pertinência ou adequação de uma ou outra abordagem metodológica" (CANÁRIO, 1996, p. 135).

O reconhecimento da pluralidade metodológica como um dado positivo não deve confundir-se com uma atitude de ecletismo ou de anarquismo metodológico, pois "[...] falar a escola como objeto de estudo significa falar de uma nova perspectiva de investigação, e instituir novas formas de 'ver' a realidade escolar, criando um 'ponto de entrada' novo que possibilita reconfigurar temas ou áreas mais clássicas" (CANÁRIO, 1996, p.141).

O importante é incentivar a atitude de abertura à diversidade metodológica. Dessa maneira, será favorecida a multiplicidade dos ângulos de análise sobre a escola, em benefício próprio desta última.

4.2 A Pesquisa em Políticas Públicas

A área de Políticas Públicas em Educação congrega estudos e pesquisas que partem de diferentes eixos temáticos, que constituem recortes particulares das questões e dos problemas da área. Nesta área de conhecimento, a Política Educacional Brasileira constitui-se em objeto prioritário de análise, a partir da qual são definidos os temas com ênfase nos seguintes aspectos:

- As relações e confluências do papel e atuação do Estado no âmbito da educação.
- A ação política nas e das diferentes instâncias governamentais, na multiplicidade de esferas sociais e instituições educacionais em que incidem as diretrizes das políticas formuladas.
- As transformações que ocorrem na dinâmica da ação do Estado para compreender seus impactos e desdobramentos na formulação de políticas sociais e em particular na esfera da Educação.
- A evolução e as bases constitutivas do pensamento educacional e filosófico brasileiro, bem como suas relações com as diferentes concepções e correntes clássicas e contemporâneas.

Também inclui investigações e estudos sobre determinantes mais amplos da educação escolar e suas relações com a sociedade, das formas concretas que esses determinantes assumem no âmbito da escola e do contexto sociocultural que a envolve mais imediatamente.

Entre muitos temas, constituem objetos de investigação da área:

- Políticas públicas: conceitos básicos; política educacional como política pública; as orientações, as prioridades das políticas públicas educacionais brasileiras.
- As relações entre o público e o privado e entre as diversas esferas federal, estadual e municipal; política de ciência e tecnologia, política universitária e a pesquisa em educação.

- O acesso à escola básica e a concretização do direito à educação fundamental; as formas de participação na gestão do sistema e unidades de ensino.
- Análise da dimensão política das teorias administrativas, suas origens e perspectivas sociais; fundamentos políticos dos processos educacionais.
- Aspectos político-sociais da educação e a expressão ideológica das várias formas do discurso educacional.
- Estudo da evolução da educação pública no Brasil em seu contexto histórico.
- Estudos dos processos de formação de professores nos diversos sistemas de ensino e das políticas que implementam projetos de formação, profissionalização e atuação docente.
- Investigações historiográficas sobre educação, diversificando a ênfase em suas preferências teórico-metodológicas.
- Educação inclusiva e relações etnicorraciais.

Em Políticas Públicas, o Estado da Arte é uma modalidade de pesquisa que visa, de forma sistemática, à produção do conhecimento em uma determinada área. A Associação Nacional de Política e Administração da Educação, com apoio do INEP, realizou o "O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil 1991 a 1997". Cada capítulo desse livro contempla uma das categorias identificadas pelos pesquisadores da ANPAE, organizados em rede nacional de pesquisa, conforme se apresenta a seguir:

- Escolas, Instituições Educativas e Sociedade

  Conteúdos: Educação e Movimentos sociais; educação e sindicatos; educação e trabalho; educação, ciência e tecnologia; educação e realidade dos educandos; função social da escola.

- Direito à Educação e Legislação Estudos da LDB

  Conteúdos: Educação e cidadania; Educação e Leis Orgânicas; Direitos Constitucionais; Ações visando à inclusão.

- Políticas de Educação

  Conteúdos: Programas governamentais; partidos políticos e educação; qualidade e educação; modernidade; globalização e neoliberalismo.

- Público e privado na Educação

  Conteúdos: Comparação entre educação pública e privada; igreja e Estado; estudos sobre o ensino público e sobre o ensino privado.

- Financiamento da Educação

  Conteúdos: Esferas de poder e execução orçamentária; gestão de recursos públicos; arrecadação e distribuição de recursos públicos.

- Municipalização e Gestão Municipal

  Conteúdos: Processos de municipalização; estudos sobre escolas municipais; relação município-escola; implantação e execução de políticas de democratização e de descentralização de municípios.

- Planejamento e Avaliação Educacionais

  Conteúdos: Formas e dinâmicas de planejamento da educação; avaliação de programas, projetos e organizações educativos.

- Profissionais de Educação

  Conteúdos: Formação e prática/atuação e identidade dos profissionais de educação.

- Gestão de Sistemas Educacionais

  Conteúdos: Instâncias e suas articulações; implantações e execução de políticas de democratização e de descentralização da União e Estados; estudos sobre redes de ensino estaduais.

- Gestão da Universidade

  Conteúdos: Concepções de universidade e de sua administração; autonomia; organização acadêmica: ensino, pesquisa e extensão.

- Gestão da Escola

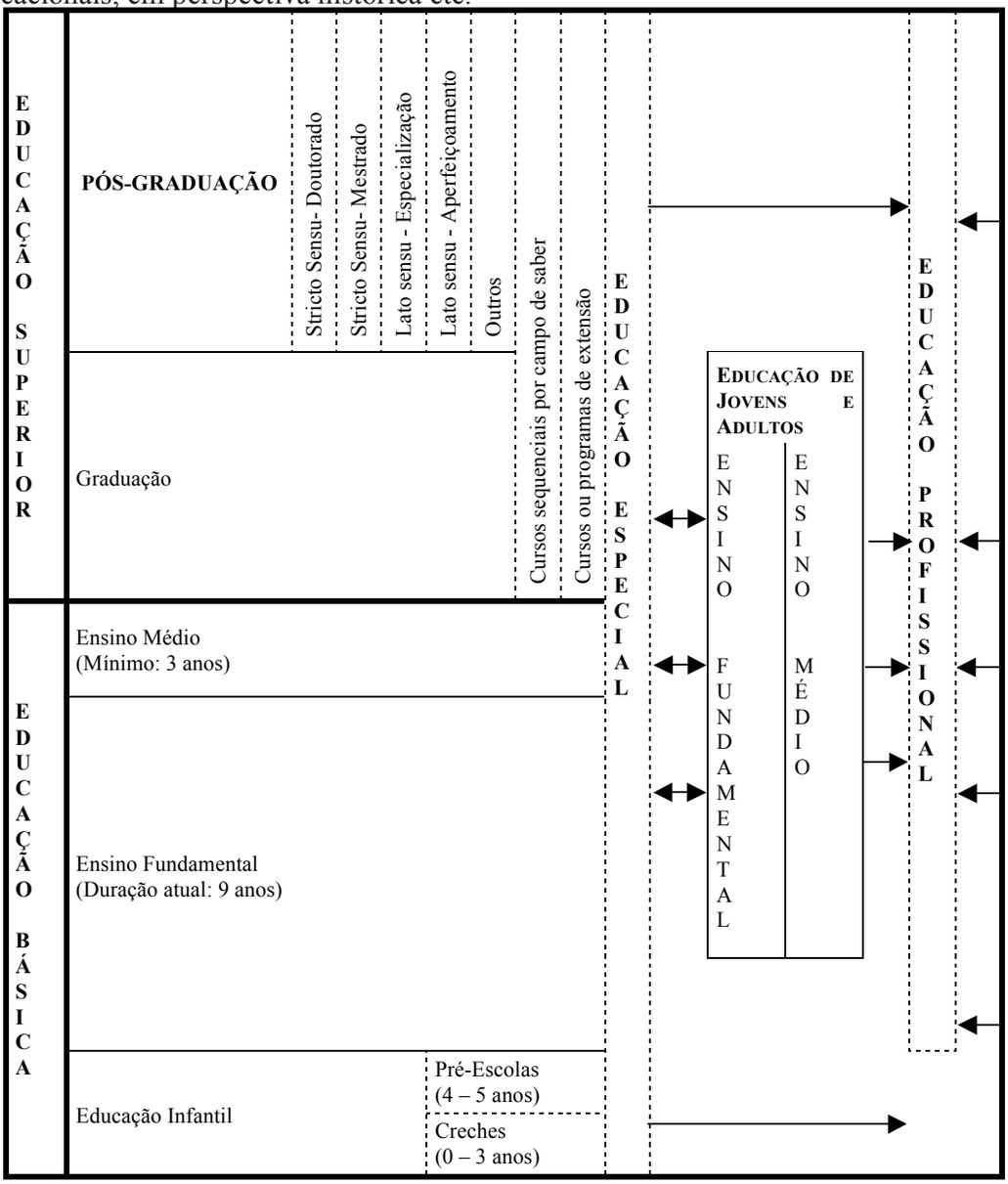
  Conteúdos: Participação e democratização da escola; conselhos escolares; direção da escola – funções, lideranças; organização do trabalho escolar; autonomia da escola.

4.3 Os estudos dos níveis e modalidades de ensino

Os estudos sobre níveis e modalidades do ensino exigem a imersão do pesquisador no contexto da organização da educação nacional, tal como se apresenta na Constituição Federal, na LDBEN e/ou em dispositivos específicos do Sistema de Ensino, em que se situa seu objeto. Para facilitar a visualização da estrutura vigente na educação nacional, recorremos ao quadro apresentado no livro: “Nova LDB. Trajetória para a cidadania?”.

Estrutura didática da educação escolar brasileira

Entretanto, o estudo dos níveis e modalidades de ensino não se circunscreve isoladamente das perspectivas tratadas anteriormente. É possível desenhar um estudo nesta área temática, sob a perspectiva da política, da administração e funcionamento, das reformas educacionais, em perspectiva histórica etc.



4.3.1 Educação Infantil – 0 a 5 anos

Uma rápida leitura dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd, nos três últimos anos, permitiu agrupar os temas abordados em alguns tópicos:

- Estudando os atores
- Estudos de Política
- Estudos sobre a Escola de Educação Infantil
- Práticas Pedagógicas

4.3.2 Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Ao fazer um levantamento de trabalhos apresentados nos Congressos e Seminários da área de educação, deparamo-nos com muitos trabalhos que analisam a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (antigo supletivo) que podem ser classificados em grandes categorias, por exemplo: Formação de Conceitos; Representações; Experiências e estudos de caso; Currículo e Políticas.

4.3.3 O Ensino Fundamental

São extremamente numerosas as pesquisas que tomam o Ensino Fundamental como tema de estudo, abordando-o dos mais diferentes ângulos. Considerando que nosso curso tem por foco a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sobretudo nas séries iniciais, queremos apresentar-lhes um rol de temas já tratados em outros estudos, a título de exemplificação.

Entre os estudos identificados neste tema, destacamos:

- Sobre os saberes disciplinares:

  A Educação Musical no Ensino Fundamental.

  O ensino de Música nas séries iniciais do ensino fundamental: saberes e práticas escolares.

  Aprender Ciências na percepção dos alunos.

  Elaboração de Atlas Municipal e Melhoria do Ensino de Geografia na Rede de Educação Básica.

  O tempo histórico nas primeiras séries do ensino fundamental.

  A proposta de alfabetização dos Centros Integrados de educação Pública – CIEP/Rio de Janeiro.

- Sobre os Parâmetros Curriculares:

  A práxis avaliativa no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

  Temas transversais.

- Sobre Progressão continuada e avaliação:

  O regime de progressão continuada no Estado de São Paulo no Estado de São Paulo.

  A promoção automática na década de 1950: uma revisão bibliográfica na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

  Progressão Continuada.

  Os discursos dos livros de avaliação.

- Formação de professores

  Formação contínua de educadores: um projeto de pesquisa-ação.

  Concepções, histórias e narrativas de professoras do Ensino Fundamental sobre seus alunos: compreendendo práticas pedagógicas.

- Administração escolar

  Educação Infantil e Ensino Fundamental: entre o administrativo e o pedagógico.

  Gestão Participativa e Projeto Político-Pedagógico em uma escola comunitária.

  Autonomia e gestão democrática da escola à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

- Outros temas

  Fracasso escolar: “cultura do ideal” e “cultura do amoldamento”.

  Indisciplina escolar e a relação professor-aluno.

  Perspectivas para a inclusão digital na escola pública.

  Escola Pública de Horário Integral.

5 Algumas modalidades e técnicas de Pesquisa

5.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, como técnica de estudo das comunicações, visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição e de categorização dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitam chegar ao conhecimento das condições de produção e de recepção do material analisado.

Segundo Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo permite compreender a existência e relevância de determinados conceitos no interior de um determinado texto, apresenta técnicas específicas, entre as quais podemos citar a análise temática ou categorial, a análise do discurso e a análise da enunciação.

Na prática, é comum, em um primeiro momento, que o pesquisador recorra a procedimentos quantitativos e descritivos. Ao final, os procedimentos caminham para uma análise crítica, de natureza interpretativa, do material coletado, o que leva o pesquisador à questão da categorização como instrumental de análise. A leitura do analista de conteúdo "[...] não é unicamente uma leitura 'à letra', mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano" (BARDIN, 1977, p. 214).

A análise de conteúdo parte da hipótese geral de que um discurso ou conjunto de discursos é determinado pela relação entre as condições de produção e um sistema linguístico. Porém, essa abordagem ultrapassa "[...] o plano estritamente linguístico, ao considerar o sujeito produtor do discurso como estando situado num espaço social" (BARDIN, 1977, p. 214).

De acordo com Bardin, a análise de conteúdo permite um alongamento "[...] do tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida [...] e "as interpretações definitivas" que estarão presentes nos resultados finais" (BARDIN,1977, p. 10).

Cabe aqui assinalar que a análise de conteúdo assume, em geral, ao longo da pesquisa, um movimento de "vai e vem", em uma tentativa de abordar seus objetos por todos os lados. No dizer de Bardin, "[...] isto é moroso, tanto mais que o processo é 'arborescente', quer dizer, técnicas e interpretação atraem-se umas às outras e, à la limite, não é possível esgotar o discurso" (BARDIN, 1977, p. 80).

5.2 Entrevistas

Marconi e Lakatos (1996) afirmam que a entrevista é um encontro entre duas pessoas, cujo principal objetivo é o de se obter informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Há diferentes tipos de entrevistas:

a. Padronizada ou estruturada: é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido.

b. Não estruturada: o entrevistado tem liberdade para relatar cada situação na direção que considerar adequada.

A técnica de entrevistas apresenta vantagens e também limitações:

a. Vantagens: pode ser utilizada com os vários segmentos da população e fornece uma amostragem melhor; há maior flexibilidade para o entrevistador; permite avaliar atitudes e condutas e obter dados que não se encontram em fontes documentais.

b. Limitações: dificuldades de expressão e comunicação; incompreensão do significado das perguntas; possibilidades de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconsciente pelo entrevistador; disposição de o entrevistado fornecer as informações necessárias; não informação de dados que o entrevistado considere prejudiciais à sua identidade.

As respostas de uma entrevista devem atender aos requisitos de: validade; relevância; especificidade e clareza; profundidade e extensão.

5.3 Pesquisa Etnográfica

Etimologicamente, a etnografia significa a "descrição cultural" e se constitui no estudo da sociedade e da cultura. Pode-se dizer que o foco do interesse da antropologia é a descrição da cultura (hábitos, crenças, valores, linguagem) de um grupo social.

Em educação, o interesse pela etnografia surge no final da década de 1970, tendo como centro dos estudos a sala de aula e a avaliação curricular, quando os estudos tinham como fundamento os princípios da psicologia comportamental, baseados em observação para registrar comportamentos de professores e alunos em uma situação de interação. Como alternativa, alguns autores propuseram a abordagem antropológica que, mediante a observação participante do pesquisador, buscava entender o universo cultural da sala de aula.

A pesquisa etnográfica envolve: registro de campo, entrevistas, análises de documentos, fotografias e gravações. Essa pesquisa visa à descoberta de novas relações e de novas formas de entendimento da realidade, por essa razão, busca a formulação de hipóteses, conceitos, explicações e não sua testagem. Para isso, torna-se imprescindível que o plano de trabalho seja aberto e flexível, de modo a permitir sua revisão e sua reformulação.

Segundo André (1995), são características da pesquisa do tipo etnográfico:

- O principal instrumento na coleta de dados e na análise dos mesmos é o pesquisador.
- A ênfase se dá no processo e não no produto final.
- Há uma preocupação com o significado que as diferentes pessoas envolvidas com o processo atribuem a ele.
- O período de observação e de coleta de dados varia de pesquisa para pesquisa, quem define o tempo é o próprio observador.
- O estudo etnográfico em educação não pode ficar restrito ao retrato do que se passa no cotidiano da(s) escola(s), dele deve fazer parte a reconstrução da prática observada.
- O pesquisador deve considerar a organização escolar como parte de uma totalidade social que mantém relações mútuas com ela. Esse fato implica complementação das observações sobre a realidade com dados de outras ordens sociais.

Não há um roteiro pré-determinado para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica, geralmente o pesquisador passa por três etapas:

1ª) Exploração: envolve a seleção dos problemas, do local e os primeiros contatos com o campo de estudo.

2ª) Decisão: consiste na busca dos dados para a compreensão e interpretação do fenômeno. Segundo Ludke e André (1985), os tipos de dados relevantes são: forma e conteúdo da interação verbal dos participantes, forma e conteúdo da interação verbal com o pesquisador, comportamento não-verbal, padrões de ação e não-ação; traços, registros de arquivos e documentos.

3ª) Descoberta: consiste na explicação da realidade, ou seja, é a análise e a interpretação de todo o processo vivenciado pelo pesquisador. A fase é caracterizada pelo desenvolvimento da teoria que foi sendo preparada desde o início do estudo.

Ludke e André (1985) atribuem ao etnógrafo a difícil tarefa de selecionar e reduzir a realidade nos seus aspectos mais relevantes e conhecer as várias possibilidades metodológicas para abordar a realidade para sua compreensão, através do referencial teórico adotado.

A pesquisa de tipo etnográfico apresenta alguns problemas decorrentes do desconhecimento de princípios básicos relacionados a seguir:

- "Relativização", que significa o distanciamento do observador dos seus próprios valores e a tentativa de se voltar para as concepções e significados culturais dos atores pesquisados.
- A apresentação "bruta" do material coletado, ou seja, a falta de questionamento de suas raízes, de seus condicionantes, de suas implicações e, consequentemente, um exame mais aprofundado dos dados.
- Falta de clareza do papel da teoria nesse tipo de estudo.

A teoria tem papel fundamental na formulação do problema de pesquisa. Ao delimitar o objeto e o campo de estudo, a teoria oferece o suporte para a origem dos pontos críticos que merecem investigação. Assim, na fase do trabalho de campo, é o momento de se proceder à mediação entre a teoria e a experiência de campo, de diálogo entre o referencial teórico e os dados práticos, a realização dos possíveis ajustes de procedimentos e princípios; na fase final, da elaboração do relatório. Em suma, "[...] a teoria tem o importante papel no sentido de fornecer suporte às interpretações e às abstrações que vão sendo construídas com base nos dados obtidos e em virtude deles" (ANDRÉ, 1995, p. 47).

5.4 O Estudo de Caso

Quando o pesquisador deve optar pelo estudo de caso? Quando quer estudar um fato singular, cujo interesse incide naquilo que tem de único e particular.

O estudo de caso deve se desenvolver em uma situação natural, ser rico em dados descritivos, ter um plano aberto e flexível e, sobretudo, focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada.

Uma das principais características dessa metodologia é que o pesquisador parte do pressuposto que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção contínua e, dessa forma, estará aberto a novos elementos que poderão emergir durante do estudo.

Uma apreensão mais completa do objeto do "Caso" exige que se realize uma interpretação do contexto em que se situa, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas. Isto é, há necessidade de se analisar o problema como um todo complexo, sendo imprescindível que o pesquisador contemple todas as dimensões presentes no processo.

Os estudos de caso permitem que sejam coletadas informações de diferentes naturezas e em diferentes momentos. Por exemplo, ao estudar uma escola, o pesquisador pode recorrer a documentos formais, a entrevistas com participantes da realidade estudada, bem como a relatórios de observações em situações de aula, reuniões, entrada e saída de alunos. Além disso, os dados poderão ser coletados no início, meio ou final do semestre ou ano letivo.

A utilização do estudo de caso apresenta vantagens e limites:

- permite uma visão profunda, ampla e integrada do objeto estudado, mas exige do pesquisador tempo e recursos;
- faculta retratar situações vivas do dia a dia, porém exige aceitação dos participantes e a atenção do pesquisador às questões amplas e profundas;
- oferece ao leitor conhecimentos que deixam claras as várias explicações do fenômeno. Entretanto, o pesquisador deve colocar-se, assumir um posicionamento diante do caso analisado;
- fornece um plano teórico aberto e flexível, mas o pesquisador não pode se perder em análises superficiais e inconsistentes.

Ludke e André (1986), citando Nisbet e Watt (1978), assinalam que as três fases ou etapas de desenvolvimento do estudo de caso se superpõem em vários momentos, não sendo possível precisar as linhas que as separam:

- Fase exploratória: a origem das questões pode se dar de formas variadas, o mais importante a ser destacado é que a pesquisa começa com um plano incipiente que vai sendo desenvolvido no decorrer do estudo.
- A delimitação do estudo: essa fase é caracterizada pelo desenvolvimento da coleta de informações, através de instrumentos e técnicas variados. Nessa fase, faz-se necessário determinar o que é realmente relevante, qual é o foco principal da coleta de dados.
- A análise sistemática e a elaboração do relatório: é a elaboração do relatório.

Como o principal instrumento da coletada de dados é o pesquisador, o estudo de caso exige que o mesmo apresente algumas características que proporcionem um bom desenvolvimento da pesquisa. Segundo André (1995), são três as qualidades ideais que tornam um pesquisador apto a realizar um estudo de caso qualitativo:

- tolerância à ambiguidade;
- sensibilidade;
- ser comunicativo.

5.5 A Pesquisa Histórica

Quando se opta pela realização de uma pesquisa histórica, há que se tomar determinado objeto, levando em conta os laços orgânicos que o ligam com todo conjunto da cultura de uma época. Conhecer esses laços significa, antes, procurar saber o quê as fontes nos dizem; significa saber interrogar as fontes sobre o objeto de investigação.

Um projeto de pesquisa histórica completo, além dos elementos comuns aos demais projetos de pesquisa, deve levar em conta os seguintes aspectos:

1ª - em pesquisa histórica uma prática muito recomendada é a de balanço bibliográfico ou revisão de literatura.

2ª - seleção do tema a pesquisar, tendo em vista quatro critérios de:

- relevância social e/ou científica;
- viabilidade, ou seja, a possibilidade de se pesquisar determinado tema, com os recursos aos quais se tem acesso;
- originalidade, trabalhando-se temas ainda não pesquisados ou voltando a pesquisar temas já estudados com documentação radicalmente renovada, ou rebatendo teses anteriormente aceitas;
- interesse pessoal, explicitando a natureza e a origem desse interesse.

3ª - fontes e metodologia: o que se quer em pesquisa histórica é uma tipologia das fontes pertinentes à pesquisa e às hipóteses desta, principalmente, das fontes tidas como "primárias". A metodologia dependerá fundamentalmente da modalidade de tema que se escolheu, da teoria da qual se parte e das hipóteses, além da consideração de qual é a documentação disponível.

4ª - em relação à bibliografia em uma pesquisa histórica, recomenda-se dividir o conjunto das obras segundo categorias e temáticas. Por exemplo:

- Fontes primárias manuscritas.
- Fontes primárias impressas (livros, folhetos, jornais e periódicos).
- Bibliografia propriamente dita (instrumentos de trabalho – dicionários, repertórios bibliográficos e documentais etc. –; obras de caráter teórico-metodológico, ou usadas com tal caráter; obras gerais sobre o tema, ou que o incluam; seções temáticas específicas – quando forem necessárias).

5.6 A Pesquisa-ação

A pesquisa-ação é adequada quando se tem como principal objetivo instalar no ambiente em estudo uma práxis nova, que se entende como uma ação consciente (fundamentada na teoria). A pesquisa-ação representa a forma de mediação adequada.

Os projetos que se executam sob o título de pesquisa-ação são bastante diversificados em seus procedimentos e mesmo em seu entendimento genérico. O termo tem sido desvalorizado por pesquisadores de outras áreas por ser entendido como rótulo generalizado para qualquer tipo de projeto, cuja ênfase é sobre um plano de ação, formalmente direcionado pela intervenção e pela reflexão sobre a situação.

A pesquisa-ação é válida a quem empreende um trabalho investigativo não só pelos seus resultados, mas pelo caráter interativo desses resultados: o pesquisador influi sobre o grupo e sobre si próprio, em um processo de mudança, o mesmo pode ocorrer na direção oposta: o grupo oferece questões desafiadoras que modificam o pesquisador.

5.7 Questionário

As técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa de campo podem estar relacionadas à observação direta intensiva que inclui a observação e a entrevista; e à observação direta extensiva que envolve a aplicação de questionário e formulário.

O questionário, como toda técnica de coleta de dados, apresenta méritos e limitações. Cabe ao pesquisador ponderá-los antes de planejar as estratégias metodológicas que irá utilizar.

Vantagens do uso de questionário:

- proporciona dados atualizados;
- demanda um espaço de tempo relativamente curto;
- não requer pessoal treinado;
- atinge um vasto número de pessoas simultaneamente;
- pode estimular a cooperação porque respeita o anonimato;
- a ausência do pesquisador no momento da resposta pode minimizar as distorções dos dados fornecidos;
- apresenta um custo operacional relativamente pequeno.

Dificuldades do uso de questionários:

- baixo índice do retorno do material;
- respostas incompletas ou em branco;
- impossibilidade de solucionar dúvidas;
- comprometimento da fidelidade dos dados por indução das respostas pelas próprias questões e a facilidade de redigir respostas "ideais".

Os aspectos negativos podem ser minimizados enviando-se junto ao questionário uma correspondência explicativa redigida com qualidade.

O questionário pode apresentar basicamente três estruturas de perguntas:

- Perguntas abertas: permitem respostas livres em termos de conteúdo e forma.
- Perguntas fechadas: oferecem apenas duas alternativas como respostas.
- Perguntas de múltipla escolha: são fechadas porque selecionam alternativas que exploram algumas variáveis que interferem sobre o fenômeno investigado.

As perguntas podem estar relacionadas a:

- Questões de fato: remetem a dados objetivos: profissão, idade, formação etc., e podem desencadear constrangimentos.
- Questões de ação: identificam atitudes, decisões e ações.
- Questões de intenção: objetivam conhecer as posturas do indivíduo frente a certas circunstâncias.
- Questões de opinião: permitem respostas relacionadas aos valores do sujeito investigado.

Sobre a estrutura do questionário, é importante iniciá-lo com perguntas que explorem aspectos mais gerais e que sejam simples. As perguntas abertas devem estar no final do questionário. Finalmente, é necessário que se construam blocos de questões de forma a obter um plano lógico de redação.

5.8 Construção do Projeto de Pesquisa

Ao elaborar um projeto de pesquisa é preciso, antes de tudo, ter clareza sobre a finalidade do projeto, e a quem será apresentado e por quem será avaliado.

Não há um modelo ou um roteiro único para elaboração de projetos de pesquisa. Em cada caso, o pesquisador deve observar as normas estabelecidas pelo curso, edital ou agência

de fomento. Entretanto, há alguns elementos considerados fundamentais em um projeto.

Conforme afirmações de Cardoso (1994), em um projeto de pesquisa completo devem constar pelo menos as seguintes partes:

- Identificação do problema a pesquisar.
- Formulação e delimitação do tema de pesquisa: o que "entra" ou "não entra" no estudo a ser compreendido.
- Seleção do tema a pesquisar, tendo em vista quatro critérios: o de relevância, o de viabilidade, o de originalidade, e o de interesse pessoal.
- Objetivos expostos brevemente e com muita clareza.
- Quadro teórico e hipóteses de trabalho.
- Materiais, fontes e abordagem.
- Cronograma de execução e Bibliografia.

Em nosso curso, sugerimos para o projeto de pesquisa uma disposição dos elementos essenciais do projeto em uma forma mais clássica:

1ª Apresentação

2ª Justificativa

3ª Revisão de Literatura

4ª Problematização

5ª Objetivos

6ª Procedimentos

7ª Cronograma

8ª Referências

Segundo Gonsalves (2003), qualquer que seja a sua apresentação formal, o projeto de pesquisa deve contemplar um núcleo básico. Isto significa que, mesmo que a forma de apresentação seja diversa, todo projeto deve responder às seguintes perguntas:

- Por que pesquisar? (justificativa da escolha do problema).
- Para que pesquisar? (propósitos do estudo, seus objetivos).

- Como pesquisar? (metodologia).
- Quando pesquisar? (cronograma de execução).
- Com que recursos? (orçamento).
- Pesquisado por quem? (equipe de trabalho, pesquisadores, coordenadores, orientadores). (DESLANDES, 1996 apud GONSALVES, 2003, p. 14).

5.8.1 A Revisão de Literatura e Delimitação do Tema

Segundo Moura (1998 apud GONSALVES, 2003, p. 50), a revisão da literatura constitui-se na busca sistemática a fim de se mapear "[...] o que se tem pesquisado na área". Trata-se de uma fase de busca de material que permitirá chegar ao que se denomina "estado da questão" sobre um determinado tema ou problema de pesquisa, em busca de se revelar lacunas que possam justificar o estudo que se pretende realizar.

Afirma-se que essa fase representa uma trajetória de aproximação à problematização e delimitação do tema, porque o que ocorre nesse momento é que, durante o processo de investigação do que se tem pesquisado na área, será possível descobrir "[...] os contornos mais nítidos do objeto que você está pesquisando, e isso permitirá inclusões ou exclusões de determinados elementos" (GONSALVES, 2003, p. 51).

Significa, ainda, diante de vários estudos e interpretações, selecionar o seu campo de atuação, fazer o seu recorte e, então, estará sendo realizada a problematização do tema, momento em que emergirá o "[...] tão temido e pouco entendido *referencial teórico*" (GONSALVES, 2003, p. 51)

5.8.2 Questões norteadoras

As questões são as dificuldades existentes no conhecimento para as quais se devem encontram as possíveis respostas, sua formulação prende-se ao tema proposto. É o que denominamos de problematização. Esta, por sua vez, decorre do aprofundamento do tema e deve ser clara, precisa, delimitada e, sobretudo, significativa para a área de conhecimento na qual está inscrito o objeto de estudo.

É importante que o pesquisador pertença à área em estudo, cujo foco deve estar vinculado ao seu âmbito de formação acadêmica e experiência.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), citando Schrader (1974), o problema de pesquisa deve passar pelo crivo de algumas questões, sendo elas:

- Pode o problema ser enunciado em forma de pergunta?
- Corresponde a interesses pessoais (capacidade), sociais e científicos? Esses interesses estão harmonizados?
- Na constituição do problema relacionam-se entre si pelo menos duas variáveis?
- Pode ser objeto de investigação sistemática, controlada e crítica?
- Pode ser empiricamente verificado em suas consequências?

Há basicamente duas maneiras distintas para se definir as questões norteadoras da pesquisa:

- Definição a priori pelo pesquisador.
- Determinação conjunta, entre o pesquisador e as pessoas envolvidas no estudo.

A delimitação do problema não pressupõe a formulação do mesmo, esta não é uma tarefa fácil e deve ser precisa e clara para que não haja perda de horas de trabalho. A eleição do problema não indica de forma clara a fundamentação teórica que está orientando o pesquisador, porém, "[...] a delimitação do problema significa um encaminhamento, com maior clareza, da teoria que alimenta o esforço do pesquisador [...] será na formulação do problema onde a concepção teórica do estudioso ficará mais claramente estabelecida" (TRIVINOS, 1991, p. 96).

Finalmente, é importante dizer que, antes da formulação do problema, o pesquisador deve proceder a uma revisão de trabalhos já realizados a respeito do seu tema. Esse levantamento fornecerá informações valiosas a respeito dos métodos e técnicas já utilizados, além dos êxitos e das dificuldades não superadas em sua área de estudo.

5.8.3 Marco Teórico e Metodológico

Apesar de nem sempre estar explícito, o marco ou referencial teórico constitui o ponto de partida de um processo de investigação, é a ótica sob a qual o pesquisador lança seu olhar sobre determinada questão.

Alguns pesquisadores defendem que as bases teóricas devem emergir da análise de dados, do momento da problematização, enquanto outros defendem a sua antecipação. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que na construção dos dados, é possível que novas categorias teóricas surjam e novas direções possam ser tomadas pelo pesquisador.

Quando se fala em marco ou referencial teórico, deve-se pensar de uma forma mais ampla e diretamente relacionada com o movimento que o pensamento humano realiza para compreender determinada questão e/ou situação.

Ao filiar-se a um determinado marco metodológico, o pesquisador evidenciará sua postura epistemológica e pistas de como concebe a relação sujeito-objeto no processo de construção do conhecimento.

Nesse momento, deverá ocorrer a explicitação das categorias conceituais que serão tomadas na pesquisa. Da base teórica adotada pelo pesquisador decorrerá pelo menos um método a ser privilegiado na realização do seu estudo.

Na parte do projeto que cabe ao marco teórico e metodológico, o pesquisador deverá narrar os seus percursos de explicitação das categorias conceituais, a partir das quais emergiu o método e como aquilo foi possível realizar os referidos percursos.

5.8.4 Referências bibliográficas

Referência é o "[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual" (ABNT, 2002, p. 2) no todo ou em parte, impressos ou registrados em diversos tipos de suporte. Consultar a ABNT específica para elaboração de referências: NBR 6023/2002.

Deve-se incluir na lista de referências bibliográficas todas as fontes que foram utilizadas para a elaboração do trabalho. O conjunto das referências bibliográficas deve aparecer logo após as considerações finais/conclusões, recebendo o título de REFERÊNCIAS, em caixa alta, centralizado e sem numeração progressiva. Deve incluir as obras citadas e as consultadas. (Ver tópico: **Como preparar as Referências**).

5.8.5 Avaliação do projeto de pesquisa

Quando se elabora um projeto de pesquisa para atender requisitos de um edital, concurso ou candidatura à bolsa de estudos etc., o pesquisador deverá atender as especificações dadas. O atendimento às regras e ao preenchimento dos requisitos é o primeiro critério.

É preciso, na avaliação dos projetos, cuidar dos aspectos de forma e conteúdo, isto é, verificar a correção da linguagem, apresentação, articulação do pensamento. Além destes outros aspectos, são essenciais:

1) Relevância: deverá estar explícita para o pesquisador e também na justificativa do projeto.

2) Coerência: deve-se dar especial atenção para que o projeto de pesquisa não se constitua uma "colcha de retalhos", ou seja, um todo desarticulado, formado por partes de textos. A coerência do texto pode ser pensada com as seguintes questões:

O projeto de pesquisa constitui um "todo" articulado? Ou seja:

- A metodologia e técnicas da pesquisa são adequadas para responder as questões propostas?
- A revisão de literatura está articulada com a temática da pesquisa?
- As diferenças de abordagens teóricas estão explícitas no texto?

3) Viabilidade: o projeto pode efetivamente ser desenvolvido e apresentar os resultados esperados conforme os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alba Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio 1991.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 1995.

CANÁRIO, Rui. Os estudos sobre a Escola: problemas e perspectivas. In: BARROSO, J. (Org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 5. ed. SP: EPU, 1985.

MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. A.; LABEGALINI, A. C. F. B. **Pesquisa em educação**: passo a passo. Marília: M3T, 2007. (Estudos Pedagógicos v. 2).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

Aplicação das normas de documentação na elaboração do trabalho monográfico

Milena Polsinelli Rubi
Doutora em Ciência da Informação, pela UNESP/Campus de Marília, atualmente é Bibliotecária da Universidade Federal de São Carlos- Campus de Sorocaba

Vera Regina Casari Boccato
Doutora em Ciência da Informação, pela UNESP/Campus de Marília, atualmente é docente do departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus São Carlos

1 Definição de Trabalho Monográfico

Trata-se de trabalho escrito acerca de um assunto particular, abordado de forma sistemática e completa. Uma monografia é um documento que representa o resultado de um estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido. Em sua finalidade, uma monografia pode ser realizada: na graduação, sob a forma de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; no mestrado, como Dissertação; e no doutorado, como Tese. O que diferencia um texto do outro é o tipo e o nível da pesquisa realizada e relatada; porém, todos podem ser chamados de monografias.

- Trabalho de conclusão de curso (graduação)
- Dissertação (mestrado)
- Tese (doutorado)

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), toda monografia deverá seguir normas relacionadas à:

Estrutura Normativa – partes em que o trabalho deve ser dividido, classificadas como:

- Parte externa:

  capa (elemento obrigatório)

  lombada (elemento opcional)

- Parte interna:

  Elementos pré-textuais;

  Elementos textuais;

  Elementos pós-textuais

- Forma Gráfica – regras de padronização reconhecidas e aceitas por toda a comunidade acadêmica para apresentação do trabalho.

ESTRUTURA NORMATIVA DA MONOGRAFIA –
ABNT NBR 14724/2011 – Informação e documentação –
Trabalhos acadêmicos – Apresentação – 11 p.
Especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), visando à sua apresentação para a instituição (banca, comissão examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros).

NORMAS COMPLEMENTARES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO
NBR 10520:2002 (NB 896) – Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação - 7 p.
NBR 6024:2003 (NB 69) – Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação - 3 p.
NBR 6027:2003 (NB 85) – Informação e documentação – Sumário - Apresentação - 2 p.
NBR 6028:2003 (NB 88) - Informação e documentação Resumo - Apresentação - 2 p.
NBR 6023:2002 (NB 66) - Informação e documentação - Referências - Elaboração - 24 p.

1.1 NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR

2 Estrutura Normativa da Monografia

Os Elementos Pré-Textuais são: ▪ Capa (Obrigatório) ▪ Errata (Opcional) ▪ Folha de Aprovação (Obrigatória) ▪ Dedicatória(S) (Opcional) ▪ Agradecimento(S) (Opcional) ▪ Resumo: em Língua Vernácula (Obrigatório) ▪ Resumo: em Língua Estrangeira (Obrigatório) ▪ Lista de Ilustrações (Opcional) ▪ Lista de Tabelas (Opcional) ▪ Lista de Abreviaturas e Siglas e Símbolos (Opcional) ▪ Sumário (Obrigatório)	*Os Elementos Textuais são:* ▪ Introdução ▪ Desenvolvimento ▪ Conclusão *Os Elementos Pós-Textuais são:* ▪ Referências (Obrigatórias) ▪ Glossário (Opcional) ▪ Apêndice(S) (Opcional) ▪ Anexo(S) (Opcional) ▪ Índice (Opcional)

3 Descrição dos Elementos da Parte Externa

São aqueles que antecedem o corpo do trabalho monográfico propriamente dito, com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho.

3.1 Capa (obrigatória)

Elemento obrigatório que serve para proteção externa da Monografia. Na capa, devem ser impressas apenas as informações indispensáveis que servem para a identificação do trabalho.

Elementos que devem constar na Capa:

- Nome da Instituição (opcional)
- Nome(s) do Autor(es)
- Título da Monografia
- Local (Cidade)
- Ano da Entrega

Modelo de Capa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MILENA POLSINELLI RUBI

A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NA PERSPECTIVA
DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

MARÍLIA
2004

3.2 Lombada

Elemento opcional que deve ser apresentado de acordo com a ABNT NBR 12225.

4 Descrição dos Elementos da Parte Interna

4.1 Elementos pré-textuais.

4.1.1 Folha de Rosto (obrigatória)

Deve conter todos os dados necessários à identificação da Monografia. Os elementos indispensáveis para a Folha de Rosto são:

- Autor
- Título
- Nota indicativa da natureza do trabalho
- Nome da Instituição
- Nome do Orientador (e co-orientador, se houver)
- Financiamento
- Local (Cidade)
- Ano de Entrega

Modelo de Folha de Rosto

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MILENA POLSINELLI RUBI

A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NA PERSPECTIVA DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela S. L. Fuji
Financiamento: CAPES

MARÍLIA
2004

4.1.2 Ficha catalográfica (obrigatória)

Essa ficha deve ser realizada por um bibliotecário, no Verso da Folha de Rosto.

Rubi, Milena Polsinelli

R896p A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional / Milena Polsinelli Rubi. -- Marília, 2004.
135 f.; 30 cm.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004
Bibliografia: f. 116
Orientadora: Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita
1. Política de indexação. 2. Conhecimento organizacional. 3. Sistemas de recuperação da informação. 4. Manual de indexação. I. Autor. II. Título.

CDD 025.35

4.1.3 Dedicatória (opcional)

Constitui uma homenagem (inclusive póstuma) do autor para outra pessoa. Tem um cunho mais emocional, podendo assim, as pessoas a quem se dedica o trabalho não ter tido qualquer contribuição para sua elaboração.

Modelo de Dedicatória

Dedico esse trabalho a todos aqueles que não tiveram paciência de lê-lo, mas me suportaram sem queixas durante o longo período de sua elaboração.

4.1.4 Errata (opcional)

Se forem constatados erros de qualquer natureza quando o trabalho já estiver pronto, pode-se optar pela inclusão de uma Errata: uma lista das folhas e linhas em que ocorrem erros, seguida das devidas correções.

Exemplo de ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
12	13	Adnistração	Administração

4.1.5 Folha de aprovação (obrigatória)

A Folha de Aprovação é item obrigatório em caso de dissertação e tese, deve conter:

- Nome do autor
- Título por extenso (subtítulo se houver)
- Local e data da apresentação
- Nome, assinatura e instituição dos membros componentes da banca examinadora

4.1.6 Agradecimentos (opcional)

Os agradecimentos devem ser colocados em folha distinta e não devem ultrapassar uma página. Neste item, o autor agradece a todas as pessoas e entidades que colaboraram decisivamente na realização da monografia. "O agradecimento deve ser breve, porém sincero, indicando, se quiser, o motivo do agradecimento".

Modelo de Agradecimentos

AGRADECIMENTO

4.1.7 Resumo (obrigatório)

Trata-se de uma apresentação, em português, breve e concisa, com até 500 palavras, dos aspectos mais relevantes da Monografia, ou seja, uma visão geral do trabalho. Segundo a ABNT, abaixo do resumo devem ser colocadas as palavras representativas do conteúdo do trabalho, as chamadas palavras-chave e/ou descritores (conforme a NBR 6028:2003): iniciadas com letras maiúsculas e separadas por ponto.

4.1.8 Resumo em Língua Estrangeira (obrigatório)

Segundo a ABNT, é um **elemento obrigatório**. Trata-se da versão do Resumo em língua vernácula para um idioma de divulgação internacional. Mantém-se a exigência do máximo de 500 palavras. O Resumo em diferentes línguas:

- Abstract – em inglês
- Resumen – em espanhol
- Resumé – em francês

4.1.9 Listas (opcional)

As Listas antecedem o Sumário e devem ser criadas sempre que o número de seus elementos excederem a cinco, sua construção gráfica é a mesma do Sumário. Cada lista deve ficar em folha separada. As listas podem ser feitas para:

- Figuras
- Tabelas
- Abreviaturas, Siglas e Símbolos

4.1.9.1 Exemplos de Listas

LISTA DE FIGURAS

Lista de Figuras

Figura 1 – Estruturas hierárquicas..12
Figura 2 – Árvore simbólica.....16
Figura 3 – Árvore do exemplo 18
Figura 4 – .....
Figura 5 - .....

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de processos arrolados nos anos de 1999 e 2000.....11

TABELA 2 – Valores de indenizações pedidas nos anos de 1999 e 2000.....23

TABELA 3

TABELA 4

TABELA 5

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista

4.1.10 Sumário (obrigatório)

O Sumário enumera as principais divisões do texto: seções primárias, secundárias e terciárias (NBR 6027:2003). A finalidade do Sumário é a de fornecer uma visão geral do trabalho e facilitar a localização dos assuntos no mesmo.

Sumário e índice sempre geram confusões, é importante não confundi-los. O Sumário é elemento pré-textual, colocado sempre no início do trabalho e é composto pelo indicativo numérico de cada seção, o título e a paginação. Além disso, o sumário é elemento obrigatório. Já o índice é elemento pós-textual, sempre no final do trabalho e é composto de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto. O índice é um item opcional.

4.1.10.1 Estrutura do Sumário (NBR 6027/2003)

1 **CAIXA ALTA COM NEGRITO**

1.1 CAIXA ALTA SEM NEGRITO

1.1.1 **Caixa Alta e Baixa com Negrito**

1.1.1.1 Caixa Alta e Baixa sem Negrito

1.1.1.1.1 *Caixa Alta e Baixa em Itálico*

Modelo de Sumário (NBR 6027/2003)

Sumário

1. INTRODUÇÃO 11

2. POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO 16

3. O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL PARA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO 23

4. O CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL DE GERENTES E INDEXADORES DE SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O USO DA LEITURA COMO EVENTO SOCIAL/PROTOCOLO VERBAL EM GRUPO 38

4.1 DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA 43

4.2 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS 44

4.2.1 Procedimentos anteriores à sessão de realização da primeira coleta de dados da leitura como evento social/protocolo verbal em grupo 44

4.2.2 Procedimentos anteriores à sessão de realização da segunda coleta de dados da leitura como evento social/protocolo verbal em grupo 45

4.2.3 Procedimentos durante as sessões da primeira e da segunda coleta de dados da leitura como evento social/protocolo verbal em grupo 52

4.2.4 Procedimentos após o término das sessões da primeira e da segunda coleta de dados da leitura como evento social/protocolo verbal em grupo 52

4.3 DECISÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS_____53

5. RESULTADOS PARA UMA DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO_____58

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS_____111

REFERÊNCIAS _____116

4.2 Elementos Textuais

O texto propriamente dito é composto basicamente por três partes fundamentais:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

4.2.1 Introdução

A Introdução deve explicar os motivos da realização do estudo e destacar sua importância, fornecendo os antecedentes que os justifiquem. Tem como objetivo anunciar, definir, delimitar, situar, esclarecer e justificar o assunto da pesquisa, **incluindo** tema/problema/proposição/objetivos/justificativa. A Introdução também define termos e conceitos e apresenta os procedimentos metodológicos.

De acordo com Asti Vera, "A finalidade da introdução é a formulação clara e simples do tema da pesquisa e a apresentação sintética do status *quaestionis*," o que implica breve menção aos "trabalhos anteriores dedicados ao problema" (1989, p. 166). Deve sempre ser rascunhada no início do estudo, mesmo que venha a ser reformulada no fim.

O primeiro parágrafo da introdução define o tema do estudo e, muitas vezes, decide também se o autor conseguirá manter a atenção do público.

4.2.2 A escolha do tema: o que vou pesquisar?

- Um aspecto ou uma área de interesse de um assunto que se deseja provar ou desenvolver.
- Assunto interessante para o pesquisador.
- Fontes de assuntos: vivência diária, questões polêmicas, reflexão, leituras, conversações, debates, discussões.

4.2.3 Os Problemas de pesquisa

Os problemas de pesquisa que são formulados com como, qual, o quê, por quê, prestam-se mais à investigação por meio do método qualitativo; os problemas cujas respostas são afirmativas ou negativas, de caráter explicativo ou que buscam verificar relações de causa e efeito, são mais adequados ao método quantitativo.

4.2.3.1 Exemplos de Problemas de Pesquisa

- Quais são os fatores relacionados com o fracasso escolar entre crianças de baixa renda? Qual é a trajetória escolar da criança de baixa renda? (qualitativo)
- O fracasso escolar está relacionado com a privação econômica? (quantitativo)

4.2.3.2 Onde buscar Problemas de Pesquisa?

- Outras pesquisas, interesses pessoais e problemas em geral.
- Anomalias, paradoxos, contradições e conflitos.
- Campos novos ainda inexplorados sobre os quais há pouca ou nenhuma literatura.
- Áreas em conflito, como aquelas em que há teorias em choque.
- Questões definidas com pouca precisão, tais como "dificuldade de aprendizagem", "em risco" etc.

4.2.4 Objetivos

4.2.4.1 Objetivos Gerais

São mais *abstratos*, "definem de modo geral o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa" (RICHARDSON, 2007, p. 23).

4.2.4.2 Objetivos específicos

São mais concretos. Visam esclarecer o que se deve observar nos fenômenos reais para atingir os objetivos gerais.

EXEMPLOS DE OBJETIVOS

Lakatos e Marconi (1991, p. 116) apresentam em um projeto, cujo tema é "Aspirações dos trabalhadores", os seguintes objetivos geral e específicos:

OBJETIVO GERAL

Verificar os motivos que determinam as aspirações dos trabalhadores em relação à natureza organizacional e social da empresa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 . Examinar se os problemas particulares do trabalhador influem mais em suas aspirações em relação à empresa do que os gerados pela própria organização.
2. Observar a influência do aumento salarial nas aspirações do trabalhador.
3. Verificar a viabilidade de usar as aspirações do trabalhador como incentivo da produtividade.

4.2.5 Desenvolvimento

Como **corpo** da Monografia, deve apresentar a evolução completa do trabalho. A solução proposta na pesquisa deve ser mostrada pelo autor, incluindo todos os aspectos necessários para a solução do problema: argumentação, discussão, demonstração.

O Desenvolvimento do trabalho é composto por: Fundamentação Teórica, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusões/Considerações Finais. Na área de Educação, os capítulos que constituem o corpo do trabalho podem receber denominações diversas, entretanto devem contemplar esses aspectos.

4.2.6 Fundamentação Teórica

Deve conter uma revisão de literatura que apresente a evolução da temática estudada. Este capítulo não deve ser uma simples sequência impessoal de resumos de outros trabalhos. Deve-se referir, sempre que possível, somente aos assuntos que tenham relação direta e específica com o trabalho, ou seja, deve incluir apenas aqueles que realmente forem importantes para a Monografia.

4.2.7 Metodologia

O sucesso da pesquisa deve-se em grande parte à exatidão das observações e dos dados coletados, bem como à eficiência do método utilizado. Por isso, o trabalho deve apresentar uma descrição completa e concisa da metodologia utilizada, permitindo ao leitor compreender e interpretar os resultados, assim como também a reprodução do estudo ou a utilização do método por outros pesquisadores.

A metodologia compreende a inclusão, quando cabível, de informações sobre o local da pesquisa, população estudada, amostragem, técnicas utilizadas, além da descrição do procedimento analítico usado. Deve ser apresentada na sequência cronológica em que o trabalho foi conduzido.

4.2.8 Resultados

Devem ser apresentados de forma objetiva, exata, clara e lógica, podendo-se utilizar tabelas, figuras e fotografias para a complementação do texto. Tanto resultados positivos, como negativos devem ser incluídos aqui, desde que tenham algum significado, sendo que, a critério do autor, os mesmos poderão ser agrupados e apresentados em subcapítulos.

4.2.9 Discussão

Nesta parte o autor deve:

- Estabelecer relações entre causa e efeito.
- Se o estudo for de observações experimentais, deduzir as generalizações e princípios básicos que tenham comprovação.
- Esclarecer as exceções, modificações e contradições das teorias e princípios diretamente relacionados com o trabalho realizado.
- Indicar as aplicações teóricas ou práticas dos resultados obtidos, bem como as suas limitações.
- Sugerir, quando for o caso, novas pesquisas, tendo em vista a experiência adquirida no desenvolvimento do trabalho e visando à sua complementação.

Em alguns casos, a discussão pode ser reunida aos resultados formando um único capítulo. Entretanto, quando esta forma for adotada, os resultados devem ser discutidos, à medida que são apresentados.

4.2.10 Conclusões/Considerações Finais

Esse item constitui a apresentação de forma lógica, clara e concisa das conclusões e descobertas feitas pelo autor. As Conclusões ou Considerações Finais devem ser baseadas apenas nos fatos comprovados e discutidos, indo ao encontro dos itens constantes dos objetivos, podendo apresentar sugestões para trabalhos futuros.

4.3 Elementos Pós-Textuais

- **Referências (obrigatório)** – devem incluir obrigatoriamente todas as obras mencionadas na Monografia. (NBR 6023: 2002)
- **Glossário (opcional)** – lista em ordem alfabética de palavras ou expressões técnicas utilizadas no texto acompanhadas de suas definições
- **Apêndice(s) (opcional)** – relativo(s) a elementos desenvolvidos no trabalho, mas apresentados em separado para facilitar seu entendimento. O apêndice diz respeito àqueles documentos que foram elaborados pelo autor.
- **Anexo(s) (opcional)** – inclui documentos que complementam o trabalho, mas que não foram elaborados pelo autor.
- **Índice (opcional) –** NBR 6034: 2004

4.4 Forma Gráfica

Os textos devem ser apresentados em papel branco, de boa qualidade, formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm), digitados ou datilografados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações.

Os elementos pré-textuais devem ser digitados ou datilografados no anverso das folhas, com exceção da folha de rosto cujo verso deve conter a ficha catalográfica.

Recomenda-se que os elementos textuais e pós-textuais sejam digitados ou datilografos no anverso e verso das folhas.

O projeto gráfico é da responsabilidade do autor do trabalho. Recomenda-se, para digitação, a utilização de fonte tamanho 12 para todo o texto, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme. No caso de citações com mais de três linhas, deve-se observar também um recuo de 4 cm da margem esquerda.

4.4.1 Número das Páginas

O número das páginas localiza-se no canto superior direito. Todas as páginas da Monografia, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas. A numeração é colocada a partir da primeira folha da parte textual (Introdução).

4.4.2 Espacejamentos

Todo o texto deve ser digitado ou datilografado com espaço 1,5. Somente serão digitados ou datilografados em espaço simples os seguintes elementos: citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, ficha catalográfica, natureza do trabalho, objetivo, e nome da instituição a que é submetida a área de concentração.

As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por dois espaços simples.

Os títulos das seções devem começar na parte superior, separados do texto que os sucede por dois espaços 1,5 (entrelinhas). Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por dois espaços 1,5.

Na folha de rosto e na folha de aprovação, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetido e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha para a margem direita.

4.4.3 Margens

- Margem superior: 3 cm
- Margem inferior: 2 cm
- Margem esquerda: 3 cm
- Margem direita: 2 cm

4.4.4 Alinhamentos

- Títulos com indicativos numéricos: alinhados com a margem esquerda.
- Títulos sem indicativo numérico: centralizados.
- Início de parágrafos: a 3 cm da margem esquerda (recomendação).

4.4.5 Tabelas

- As tabelas são usadas quando for importante apresentar valores precisos; quando a quantidade de dados é muito grande exigindo que os mesmos sejam sumarizados.

4.4.5.1 Estrutura da tabela

- as tabelas são abertas nas laterais;
- as legendas são incluídas na parte superior;
- cada tabela deve conter número (quando mais de uma) e título;
- a numeração é sequencial por números arábicos.

Exemplo de Tabela

TABELA 1 - Distribuição do número e percentagem de nascidos vivos segundo o grau de instrução da mãe

Grau de Instrução	Número	%
Nenhum	51	2,2
Primeiro grau	1.586	68,6
incompleto	288	12,5
Primeiro grau completo	253	11,0
Segundo grau	132	5,7
Superior	5	0,3
Ignorado		
TOTAL	**2.315**	**100,0**

Fonte: SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA SAÚDE. Departamento de Dados Institucionais. Dados do arquivo. Rio de Janeiro, 1996.

4.4.6 Figuras

O termo figura inclui gráfico, fotografia, desenhos, diagramas, esquemas, fluxogramas, material cartográfico, organograma, quadros. As figuras são usadas para:

- mostrar tendências ou proporções importantes;
- auxiliar visualmente na compreensão de conceitos complexos;
- devem ser numeradas sequencialmente por algarismos arábicos e colocadas no texto logo após a sua menção.
- A identificação das ilustrações deve aparecer na parte superior, precedida da palavra designativa (gráfico, quadro, esquema, etc). Elas devem ser numeradas sequencialmente por algarismos arábicos e colocados no texto logo após sua menção. Na parte inferior da ilustração, deve-se indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja de produção do próprio autor).

4.4.6.1 Exemplo de Figura

Quadro 4 – Seleção das bibliotecas universitárias da UNESP

CURSO	BIBLIOTECAS
Odontologia	Araçatuba Araraquara São José dos Campos
Pedagogia	Presidente Prudente Rio Claro São José do Rio Preto
Engenharia civil	Bauru Ilha Solteira Guaratinguetá

Fonte: RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. p. 80.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023 - Informação e documentação - referências**: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520 - Informação e documentação – citação em documentos**: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724 - Informação e documentação – trabalhos acadêmicos**: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027 -Informação e documentação - sumário**: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028 -Informação e documentação - resumo**: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. 8. ed. Sao Paulo: Globo, 1989.

BOCCATO, V. R.C. **Avaliação de linguagem documentária em Fonoaudiologia na perspectiva do usuário**: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verbal. 2005. 257 f. Relatório de Qualificação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Alvarez. Porto: Porto Ed., 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, E. S. (Org.). **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

5 Como elaborar Referências

As referências devem ser listadas em ordem alfabética única de autor(es) e/ou título(s) e alinhadas, sempre, somente à margem esquerda e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. O recurso utilizado para destacar o título (negrito, sublinhado ou itálico) deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento.

Os elementos da referência devem ser obtidos na folha de rosto, no próprio capítulo ou artigo e, se possível, em outras fontes equivalentes. Para mais informações, consultar a norma da ABNT específica para elaboração de referências: NBR 6023/2002.

Quando o elemento não constar da obra deverá ser indicado entre colchete, por exemplo:

[S.l.] – *sine loco* – expressão latina que significa "sem lugar", ou seja, sem indicação da cidade onde a obra foi publicada.

[s.n.] – *sine nomine* – expressão latina que significa "sem nome", sem indicação do nome da editora onde a obra foi editada.

No entanto, esse tipo de indicação não se aplica a datas. Por se tratar de elemento essencial para a referência, uma data sempre deve ser indicada, seja da publicação, da impressão, do copirraite ou outra. Quando a data não consta na obra, registrar a data aproximada entre colchetes e em algarismos arábicos:

- [1981 ou 1982] um ano ou outro;
- [1995?] data provável;
- [1995] data certa não indicada na obra;
- [entre 1990 e 1998] use intervalos menores de 20 anos;
- [ca.1978] data aproximada;
- [199-] década certa;
- [199?] década provável;
- [19--] para século certo;
- [19--?] para século provável;

Quando se referenciam mais do que uma obra de um mesmo autor, cujo ano de publicação seja o mesmo, deve-se enumerá-las nas referências por ordem alfabética do título, acrescentando uma letra minúscula ao ano, para prevenir qualquer tipo de confusão, e utilizar a mesma metodologia quando da citação no texto. Exemplo: (ALVES, 1984a), (ALVES, 1984b). Quando se referenciam várias obras do mesmo autor, substitui-se o nome do autor das referências subsequentes por um traço equivalente a seis espaços.

Quando se referenciam mais do que uma obra de um mesmo autor, devem-se enumerar por ordem da data de publicação, começando na mais antiga e terminando na mais recente, repetindo o nome do autor em cada publicação.

5.1 Monografias no todo

São consideradas monografias no todo: livro, folheto, trabalhos acadêmicos, manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário.

- **Elementos essenciais**: autor (es), título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.
- **Elementos complementares**: indicações de outros tipos de responsabilidade (tradutor, compilador etc.), informações sobre características físicas do suporte material, páginas, ilustrações, dimensões, série editorial ou coleção, notas e ISBN.

SOBRENOME, Prenome. **Título**: subtítulo. Tradução, prefácio e notas de João de Barro. 2.* ed. Local: Editora, ano de publicação. nº. de pág. (opcional) (Série Camaleão) (sempre entre parênteses. O uso é opcional).

*Edição: indicar, a partir da segunda edição, logo após o título da obra, em algarismo arábico seguido de espaço e da abreviatura da palavra edição. Ex.: 2. ed., 2. ed. rev.

5.2 Referências

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/home982.html>. Acesso em: 5 nov. 2004.

REFERÊNCIAS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/setores/biblioteca/referencias.html>. Acesso em: 5 nov. 2004.

Recomendo usar esta ferramenta online para referências e citação: http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/index.jsp

5.3 Publicação Periódica

São consideradas publicações periódicas: coleção como um todo, número ou fascículo de revista, volume de uma série, número de jornal, caderno na íntegra ou em um número, volume ou fascículo.

- Coleções – consideradas no todo:

  TITULO DO PERIÓDICO. Cidade: Editora, ano do primeiro e do último volume. Periodicidade. ISSN (quando houver).

- Fascículo como um todo:

  TÍTULO DO PERIÓDICO. Local de publicação (cidade): Editora, volume, número, mês e ano.

- Fascículos com título próprio:

  TÍTULO DO PERIÓDICO. Titulo do fascículo. Local de publicação (cidade): Editora, volume, número, mês e ano. Notas.

5.3.1 Partes de Publicações Periódicas: usa-se o negrito no título do artigo/ matéria.

- Artigo de Revista

  SOBRENOME, Prenome. Título do artigo. **Título da Revista**, Cidade, volume, número, páginas inicial-final, ano.

- Artigo de jornal

  SOBRENOME, Prenome**.** Título do artigo**. Título do Jornal**, Cidade**,** dia mês e ano**.** Número* ou título do caderno**,** seção ou suplemento, páginas inicial e final do artigo.

* Quando não houver título do caderno, seção ou suplemento, a paginação do artigo precede a data.

5.3.2 Documentos Eletrônicos

- Arquivo em Disquetes

  SOBRENOME, Prenome. Título do arquivo. Formato do arquivo. Local, data. Características físicas, tipo de suporte. Notas.

- Base de Dados em Cd-Rom: no todo

  SOBRENOME, Prenome. Título. Local: Editora, data. Tipo de suporte (CD--ROM, DVD). Notas (1 CD-ROM)

- E-mail*

  AUTOR DA MENSAGEM. Assunto da mensagem. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < e-mail do destinatário> data de recebimento, dia mês e ano.

  * Não recomendável seu uso como fonte científica ou técnica de pesquisa por ter caráter informal, interpessoal e efêmero.

- Homepage

  SOBRENOME, Prenome. Título. Informações complementares (Coordenação, desenvolvida por, apresenta..., quando houver etc.). Disponível em: <http://www.exemplo.com.br>. Acesso em: 16 out. 2010.

5.3.3 Trabalhos Apresentados em Congressos, Conferências, Simpósios, Workshops, Jornadas, Encontros e Outros Eventos Científicos

- **Elementos essenciais**: nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização. Deve-se, em seguida, mencionar o título, subtítulo (se houver) do documento (anais, atas, tópico temático etc.), seguido dos dados do local da publicação, editora e data da publicação.

- **Elementos complementares**: denominações de seções ou divisões do evento, indicação de quantidade de volumes ou partes, indicações de responsabilidade etc.

AUTOR. Título do trabalho. In: NOME DO CONGRESSO, número, ano, Cidade onde se realizou o congresso. Título (Anais ou Proceedings ou Resumos…). Local de publicação: Editora, data de publicação. Volume, se houver. Páginas inicial e final do trabalho.

Se o Evento for acessível via web inserir os elementos complementares:

Disponível em: <http://www.exemplo.com.br>. Acesso em: 16 out. 2010.

5.3.4 Referências Legislativas

- **Elementos essenciais:** Jurisdição (ou cabeçalho da entidade no caso de se tratar de normas), título, numeração e data, ementa e dados da publicação. Quando necessário, ao final da referência acrescentam-se notas relativas a outros dados necessários para identificar o documento.

Consideram-se nesse item: Constituições, leis e decretos, pareceres, portarias, resoluções e deliberações, acórdãos, decisões, deliberações e sentenças das Cortes ou Tribunais, emenda constitucional, medida provisória, código.

5.3.5 Outros Tipos de Documento

Consideram-se nesse item: Atas de reuniões; Convênios; Discos; Discos Compactos (CD - Compact discs); Entrevistas; Fitas Gravadas; Filmes e Vídeos; Fotografias; Mapas e Globos.

Apêndice 1

Bibliografia Básica

Movidos pela intenção de colaborar com o processo de construção de seus Projetos de Pesquisa e elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, preparamos uma bibliografia, relativamente extensa, apresentada a seguir.

Alguns esclarecimentos são necessários:

1. Na indicação destes autores e textos, não tivemos adotamos uma única tendência teórico-metodológica, portanto, há autores de opções diversas que não "caberão" em um mesmo trabalho. Entendemos que a opção por uma ou outra tendência é fundamental parte do processo de orientação.
2. A relação por nós construída é apenas uma amostra da vasta literatura disponível para fundamentar a pesquisa em educação.
3. Não incluímos referências a Teses e Dissertações apesar de constituírem um importante acervo. Para tal, sugerimos a consulta ao Banco de Teses da Capes. www.capes.gov.br acessar Serviços/Banco de Teses/ Resumos.

Livro Básico:

MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. A.(Org.). **Pesquisa em educação**: passo a passo. Marília: M3T Tecnologia e Educação, 2007.

Leituras de Apoio e Aprofundamento: Sobre o planejamento das pesquisas

ALVES-MAZZOTTI, Alba Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio 1991.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.113, jul. 2001

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. Pioneira: São Paulo, 2000.

Sobre Metodologia (em geral)

BEST, J. W. **Cómo investigar en educación**. 9. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga (Portugal), v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DAGNINO, Renato. **Metodologia de análise de políticas públicas**. [Campinas]: GAPI – UNICAMP, 2002. Disponível em: <www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 11 mar. 2010.

FRANCO, Maria Laura Barbosa. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 75-80, ago. 1988.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sérgio V. O falso conflito entre tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 70-74, ago. 1988.

VERA, Armando Asti. **Metodologia da pesquisa científica**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.

Sobre Pesquisa Histórica

BOTO, Carlota. Nova história e seus velhos dilemas. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 23-33, set. 1994.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: UNESP, 1991.

MORTATTI, M. do R. L. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. **História da Educação**, Pelotas, n. 6, p. 57-68, out. 1999.

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias**: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 1991.

VIEIRA, M. do P. A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1991.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. A invenção do depoimento oral. In: Amado Moraes et al. (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Sobre Diversas Técnicas de Pesquisa

ANDRÉ, M. E. D.A. **Etnografia da prática escolar**. 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 1995.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

FRANDO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003. (Série Pesquisa em educação).

GARRETT, Henry. **Estatística na psicologia e na educação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. (v. 1)

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed, São Paulo: Polis, 1987.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SANTOS, R. L. S.; SILVA, J. O.; KETZER, S. M. Pesquisa-Ação: do Positivismo à Ciência Crítica. In: ENGERS, Maria Emília Amaral (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**: Notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 85-94.

THILOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed., São Paulo: Polis, 1987.

Alguns aportes teóricos

ALARCÃO, I. (Org.). **Formação reflexiva de professores**: Estratégias de supervisão. Porto: Editora Porto, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.

CANÁRIO, R. Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas. In: BARROSO, J. (Org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996, p. 121-149.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

GAUTHIER, C. Por uma teoria da pedagogia. Ijuí: Educação. Unijuí, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução de José Auto. Rio de Janeiro: Zahar, 1944-1962.

GEERTZ, Clifford. **Les Argonautes du Pacifique Occidental**. Paris: Gallimard, 1922-1963).

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GENTILI, P. A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1990.

LIMA, Licínio. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. Braga: Universidade do Minho, 1992.

MACHADO, L. M.; MAIA, Graziela Zambão Abdian ; LABEGALINI, Andréia Cristina F. B . As terminologias especializadas como ferramentas para novos indicadores na educação básica. **Educação Teoria e Prática (Rio Claro)**, v. 18, p. 141-158, 2008.

NARDI, M. I. A. **As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira.** 1993. 260 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (Org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

NUNES, Clarice; ALVES, C. M. C.; BARROS, A. M. de. **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992. (Questòes da nossa época v. 4).

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Que é administração escolar? Discurso. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO, 1., 1962, São Paulo. **Relatório**... São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da USP, 1962.

TEIXEIRA, Anísio (1964). Natureza e função da administração escolar. **Cadernos de Administração Escolar**, n. 1, maio 1964.

TEIXEIRA, L. H. G., Cultura organizacional da escola: uma perspectiva de análise e conhecimento da Unidade Escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 7-22, 2000.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores**: idéias e práticas. Lisboa: EDUCA, 1993.